



# O PAN-AMERICANISMO

José Alberto de Assumpção

*"A revolução histórica de Bolívar é uma chamada solene à responsabilidade de todos os habitantes do solo americano. É uma voz que se levanta com bravura precisa contra a traição que vem a ser tudo o que não se dirija no sentido dos grandes ideais aludidos. Com sua concepção da história americana, na qual conjuga seu critério científico, objetivo e realista, com seu critério filosófico e dinâmico lançado para o futuro, coroa Bolívar a construção de seu pensamento social. Tal é seu legado de entusiasmo criador ao universo. Seu caminho e seu exemplo são um convite perene para o gênero humano, e em especial para as inquietações do que está chamado a justificar o nome de novo mundo."*

J. L. Salcedo-Bastardo

A origem da expressão pan-americanismo é polêmica, sabendo-se que foi usada em 27 de junho de 1899 no *Post* e em seguida no *Sun*, de New York (12 de setembro de 1889) e no *Times*, de Londres (30 de setembro de 1889).

Das definições dos dicionários pare-nos a mais próxima da realidade histórica a do Dicionário Enciclopédico Hispano-Americano:

"Aspiração ou tendência dos povos do Novo Mundo para estabelecerem entre eles laços de união, promoverem bons entendimentos e fraternal harmonia, e agirem sempre de acordo para o fim de impedir o domínio ou a influência de potências européias no território americano."

A História não é no fundo senão a relação da vida dos grandes homens que trabalharam nesse mundo... como constata Carlyle ao explicar o lugar destaca-

do que ocupam na História os homens de gênio. Tudo o que vemos executado no exterior nada mais é que o resultado material, a realização prática dos pensamentos que existem dentro dos grandes homens enviados ao mundo; pode-se dizer que ali se encontra todo o espírito da História universal.

Pouco importa examinar se a doutrina foi anglo-americana, pelo auxílio de Canning ao reconhecimento, ou apenas americana, que prevaleceu historicamente, pela inspiração exclusivamente continental.

Por outro lado é sabido que, declarada a luta pela independência das colônias espanholas da América em 1810, as treze colônias de origem inglesa já se constituíam em república no Norte da América. O reconhecimento da independência daquelas por esta ocorreu em meio a manifestações que demonstravam uma solidariedade nascente com o

resto do continente. Entre inúmeras demonstrações dessa solidariedade continental nascente poderíamos assinalar Henry Clay, cuja campanha parlamentar ficou célebre:

"A América espanhola, uma vez independente e sejam quais forem as formas de Governo nela implantadas", declarou ele, "será animada de um sentimento americano e guiada por uma política americana".

Quando James Monroe, mais tarde, apresentou a doutrina que passou a ser conhecida como a "Doutrina Monroe", já se cristalizavam anseios e aspirações continentais. O momento foi oportuno e a forma categórica. Apesar da fragilidade do poder nacional da nascente nação norte-americana o alcance da mensagem foi imenso pela sua expressão moral e pelo solo fértil encontrado em todo o continente; confuso e delicado estava o Novo Mundo, mas já com a sua fisionomia espiritual delineada.

Da mesma forma que os Estados Unidos da América, o Brasil formava no continente a variante de raça e língua diferentes das irmãs de origem espanhola. Apesar da desconfiança e reservas das nações de língua espanhola, o Brasil respondeu à declaração de Monroe com instruções ao seu Encarregado de Negócios em Washington para "sondar a disposição desse Governo, a respeito de uma liga ofensiva e defensiva com o Império, como parte do continente americano, contando que semelhante liga não tivesse por base concessões algumas de parte a parte, mas que deduza tão somente do princípio geral da conveniência mútua, proveniente da mesma liga".

Era a proposta de igualdade de soberanias para o bem mútuo. Tal linha de conduta marca toda a nossa História continental e comprova a coerência de

nossa Política Externa até os dias presentes.

Não se pode, entretanto, perder de vista a advertência de Carlyle sobre a marca indelével do gênio dos grandes homens da História. E na História do Pan-Americanismo ocupa lugar destacado o gênio de Bolívar. Ao falar de Bolívar já se disse, com muita propriedade, que "se olvida la prosa, se destierra a frio razonamiento y con él se vuela a la epopeya".

É preciso situarmos o Libertador na época em que viveu e verificar que de 1810 a 1830 vivia a América a sua época de turbulências. Nos anais da História continental foi este período o de maior efervescência política.

"Esta imensa desordem da América justifica minha conduta e os princípios que a guiam. Espero que meus amigos se lembrem de mim, nesta época de turbulências para colocar-me em contraste com os efeitos da anarquia e fazer-me a justiça que desejei". Assim se expressou Bolívar sobre o destino de sua hora histórica, seu sonho de justiça e sua confiança no julgamento da posteridade.

Ao ser inaugurado, na entrada de honra do Palácio Universitário da Praia Vermelha, o monumento em homenagem a Bolívar, assim falou Celso Kelly: "Não é o Libertador que chega aqui, no seu adego cavalo. É o homem de pensamento que, deixando a montaria, se pôs a pé e subiu as escadas deste Palácio Universitário, portando a glória e o esplendor de suas idéias. O Bolívar cuja effigie se desceira neste momento, lembra uma obra vasta de pensador e pioneiro, de disciplinador e estadista, de pesquisador e mestre; em uma palavra: de universitário, que vem conviver conosco, intemporal, acima de seu tempo e além de suas fronteiras pátrias". E, conclui, magistralmente

"Bolívar perdura 130 anos; depois, no mesmo Panamá, reúnem-se os chefes de Estado das Américas. A Declaração do Panamá de 1956 faz remissão expressa ao pensamento de Bolívar. Renovando-o ao calor do século XX e selando-o para a posteridade, o pensamento bolivariano transforma-se em estímulo, em ato de fé, afirmação de vontade, em empenho de concretizações. A atualidade o testa".

O tempo separa os homens, mas dá seqüência às idéias.

Apesar do aparente fracasso da primeira reunião do Panamá em 1826, convocada por Bolívar, restou um tratado de união, liga ou confederação e uma bela contribuição ao Direito Internacional: solução das disputas pelo arbitramento; abolição do tráfico escravo; garantia da integridade territorial.

Surge, entretanto, o pan-latinismo ou mais precisamente o pan-iberismo, pelas suspeitas e desconfianças da cooperação norte-americana cuja bandeira da União que começara com 13 já elevava as suas estrelas para 48. Enquanto a expansão foi por compra, na Flórida e na Louisiana, nada havia a objetar ou temer pois se retiravam do continente soberanias européias. Mas quando se operou pela força contra um vizinho como o México a repercussão foi terrível no continente. Ainda mais que a ação havia sido reprovada dentro do próprio Estados Unidos pelo grande Lincoln, entre outros ilustres e respeitáveis líderes.

Largo período da História continental é caracterizado pela reação ao "perigo del norte".

Avulta, entretanto, a atitude de coerência e prudência brasileira que, fiel aos ideais de pan-americanismo, manteve a sua posição, apesar de algumas restrições e interpretações facciosas de irmãs de língua espanhola.

O Brasil já nasceu grande e teria de pensar grande. A idéia da *unidade nacional*, que presidira todo o seu processo de independência e que revelara o gênio de estadista de José Bonifácio, seria aplicada à idéia de unidade continental. A união da América em torno de ideais comuns, acima de eventuais divergências ou de pessoas, conforme o sonho do próprio Libertador Simón Bolívar.

Apesar de nossa ausência em congressos anteriores, Pimenta Bueno levantou a Bandeira no Senado, em 12 de junho de 1865, da necessidade da presença brasileira ativa e à frente de tais movimentos, oferecendo a cidade do Rio de Janeiro como sede e organizando as bases da reunião. A idéia não estava ainda madura e nada se fez de concreto neste sentido.

A nossa forma monárquica, sempre olhada com suspeição, criava dificuldades e pretextos para o nosso isolamento por parte dos vizinhos de origem hispânica. Outros fatores de isolamento foram o escravismo, a navegação dos rios comuns e as questões de limites.

Vale, entretanto, lembrar que no tratado de 13 de abril de 1750, assinado entre os reis de Portugal e Espanha, já madrugavam elevados ideais americanos; o seu art. 21 determinava que se houvesse guerra entre as duas coroas, os vassallos de uma e outra, estabelecidos em toda a América meridional, "se mantivessem em paz, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade nem por si sós, nem junto com seus aliados".

Felizmente, tal situação se alterou no final do século XIX em relação ao Brasil e mesmo aos Estados Unidos da América.

No que toca ao Brasil, a abolição do escravismo, a abertura dos rios comuns à navegação, a República com a sua Constituição estabelecendo o princípio do arbitramento, antes do das armas, foram marcos eloqüentes e inquestionáveis.

O marco decisivo, entretanto, foi a primeira Conferência Internacional Americana reunida em Washington, com a presença de todas as nações do continente, iniciada em 20 de outubro de 1889 e encerrada a 19 de abril de 1890.

Foi criada a *União Internacional das Repúblicas Americanas*, em 14 de abril de 1890 e a partir daí vem sendo gerado o atual Sistema Interamericano, construído pacientemente em sucessivas conferências.

Em 1910 o nome foi alterado para União Pan-americana que ao ser adotada a Carta Constitutiva da 9ª Conferência Internacional Americana (Bogotá, 1948), passou a ser a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), o mais antigo organismo internacional.

A carta que deu personalidade jurídica à OEA foi emendada para ampliar o alcance das atividades da Organização. Em 27 de fevereiro de 1970, ao entrar em vigor as emendas, desapareceu o nome de União Pan-americana e foi adotado o de Secretaria Geral.

De acordo com outra modificação da Carta se criou a Assembléia Geral, órgão Supremo da Organização, que tem sob sua dependência três Conselhos de igual nível: o Conselho Permanente, o Conselho Interamericano Econômico e Social e o Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A OEA tem conseguido relativo êxito em sua missão de manter a paz no hemisfério. Ao desempenhar sua função

pacificadora o faz como organização regional das Nações Unidas e tem demonstrado sua utilidade não apenas na gestão da defesa coletiva mas também na solução pacífica de problemas entre os Estados membros do Sistema Interamericano.

Através da Carta da OEA os países membros buscam uma ordem de paz e de justiça, fomentar a solidariedade continental, robustecer sua colaboração e defender sua soberania e integridade territorial.

Na defesa dos seus princípios fundamentais a OEA estabeleceu os seguintes objetivos:

a) garantir a paz e a segurança do continente;

b) prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre os Estados membros;

c) organizar e coordenar a ação solidária dos Estados membros em caso de agressão;

d) procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surjam entre eles; e

e) promover, por meio de ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Uma das missões principais da OEA, na atualidade, é a de promover a cooperação para o desenvolvimento integral: o desenvolvimento econômico, social, educacional e tecnológico dos Estados membros.

Para cumprir essa missão atua em duas esferas: a política, como foro para a negociação de acordos interamericanos de ações coletivas e nacionais para o desenvolvimento; na esfera operacional a Secretaria Geral avalia o progresso no desenvolvimento e proporciona coope-

ração técnica a níveis regionais e nacionais.

A JID (Junta Interamericana de Defesa), também conhecida como Estado-Maior Interamericano, colabora estreitamente com os Governos dos Estados membros, com o objetivo de atualizar os planos para a defesa comum do hemisfério. Como seu laboratório a JID possui o Colégio Interamericano de Defesa que reúne representantes civis e militares de todos os países do continente para um estudo e debate dos problemas e possíveis soluções que afetam a segurança e o desenvolvimento do continente.

No que diz respeito à segurança coletiva do hemisfério vale registrar a existência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro, em 1947. A segurança coletiva é a característica mais saliente de determinado sistema internacional, que pode ser objeto da política internacional das nações. Teoricamente, o modelo da segurança coletiva visa a tornar mais ordenada e, portanto, mais previsível, a evolução da vida internacional, pois procura dotar a comunidade de Estados de meios eficazes para sancionar qualquer agressão. No âmbito regional, os acordos sobre segurança coletiva têm limites e objetivos mais estritos e finalidades antagônicas, não deixando de introduzir certo automatismo nas respostas de seus membros às situações críticas. Estas inscrevem-se no plano da segurança externa dos Estados, isto é, procuram realizar as condições mínimas essenciais à execução livre e desimpedida da política externa desses mesmos Estados.

Com vistas a estabelecer um consenso para o estabelecimento de uma ordem regional que garantisse o desenvolvimento com segurança das nações do

continente, é que foi assinado o TIAR que consagrou, através de seu artigo 3º, o princípio segundo o qual a *idéia central de segurança coletiva* é a de que qualquer agressão deflagrada contra Estado-Parte será repelida, não por uma aliança parcial dirigida especificamente contra o agressor, mas por uma universalidade compacta, o que obriga a todos vir em defesa do agredido. Esta ação, todavia, só é legítima no caso de agressão sofrida por um Estado-Parte.

Além das contribuições históricas alcançadas no plano da afirmação da não-ingerência, da igualdade jurídica e da soberania dos Estados, preenche a OEA, no continente, uma função essencial e necessária de aproximação permanente entre os países americanos. É um foro de diálogo, por meio do qual o conjunto dos países vem, historicamente, identificando as áreas de convergência de seus interesses nacionais e projetando-as em outros organismos de escopo mais amplo, na defesa de pontos comuns; é o foro onde a América debate seus problemas, expõe seus projetos e confirma sua identidade.

Mas o programa bolivariano não se detém nas costas oceânicas, é programa ecumênico, se refere em última instância a todos os povos do orbe aos quais a América saúda em sua juventude histórica. "A liberdade do Novo Mundo é a esperança do universo"; Bolívar se eleva sobre sua circunstância quando adivinha o porvir da Colômbia como centro matriz de nosso hemisfério. Assim em suas palavras, que são de um político poeta, sonha e seu sonho, que começa se referindo à Colômbia, experimenta um significativo e curioso processo de amplificação para terminar abarcando toda a sua América e fundindo duas épocas. "Voando por entre as próxi-

mas idades minha imaginação se fixa nos séculos futuros e observando dali, com admiração e pasmo, a prosperidade, o esplendor, a vida que recebeu esta vasta região, me sinto arrebatado e me parece que já a vejo no coração do universo, estendendo-se sobre suas extensas costas, entre esses oceanos, que a natureza havia separado e que nossa pátria reúne por meio de extensos e largos canais. Já a vejo servir de vínculo, de centro, de empório para a família humana; já a vejo enviando a todas as áreas da terra os tesouros que abrigam suas montanhas de prata e de ouro; já a vejo distribuindo por meio de suas maravilhosas plantas a saúde e a vida aos homens doentes do antigo universo; já a vejo comunicando seus preciosos segredos aos sábios, que ignoram quanto é superior a soma da cultura à soma das riquezas que lhe prodigalizou a natureza. Já a vejo sentada sobre o trono da liberdade empunhando o cetro da justiça, coroada pela glória, mostrar ao mundo antigo a majestade do mundo moderno".

Mas além de palavras de ordem e caminhos apontados se encontra sempre em Bolívar um começo de execução e um modelo para a ação imediata.

Ninguém antes dele percebeu com clareza a originalidade da América, este Novo Mundo cuja liberdade é a esperança do Universo.

Na comemoração do "Dia do Pan-americanismo", não podemos ficar no mero descobrimento da verdade continental, nem em reflexões que reflitam o passado num plano de evasão para análise contemplativa, mas buscar dar sentido à nossa existência e afinidades coletivas. Dar a nossa contribuição para que viva a América uma existência construtiva, servindo de ligação entre o Velho e o Novo Mundo, "sentada sobre o trono da Liberdade, empunhando o cetro da Justiça", e mostrando ao mundo antigo a majestade do mundo moderno.

E, acima de tudo, colocando em prática a declaração que abre a Carta da Organização dos Estados Americanos, "convencidos de que a missão histórica da América é oferecer ao homem uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização de suas justas aspirações".



*José Alberto de Assumpção, professor universitário, formado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito (1959). Master em Política Internacional pela Catholic University of America, Washington, D.C., Curso de Segurança Continental, no Inter-American College of Defense, Washington, D.C., Curso de Management of National Security, no Industrial College of the Armed Forces, Washington, D.C., Curso de Informações da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Curso Superior de Guerra (1973) de ESG. Membro do Corpo Permanente da ESG, atual Divisão de Pesquisa e Doutrina.*

## BIBLIOGRAFIA

Andrade, Olímpio de Souza — Joaquim  
Cunha e o Pan-Americanismo — Cia. Edi-  
tora Nacional — 1950.  
Cancino, Francisco Cuevas — Bolívar — El  
Real Panamericano Del Libertador — Fon-

do de Cultura Económica — México —  
1951.

- Lobo, Hélio — O Pan-Americanismo e o  
Brasil — Cia. Editora Nacional — 1939.
- Salcedo-Bastardo, J. L. — Visão e Revisão  
de Bolívar — Agir Editora — 1976 — Rio.
- ESG — LS1-79 — Departamento de Estu-  
dos — SEGURANÇA COLETIVA.